

Polissemia nos usos do verbo *ter*: arbitrariiedade ou iconicidade? Uma questão de ponto de vista

Cleiliane Sisi Peixoto^a

Resumo

*Considerando o fenômeno da polissemia nos usos de **ter**, em que o verbo apresenta estatutos categoriais pleno e auxiliar, esta pesquisa propõe descrever e analisar os usos de **ter** no Português Brasileiro (PB) sob uma ótica diacrônica. Sob uma perspectiva funcionalista, os usos auxiliares teriam se desenvolvido um do outro, a partir da noção de posse do verbo. A hipótese é que, no PB, esse desenvolvimento não ocorreria; não haveria iconicidade entre **ter** e as suas funções; ele teria ocorrido num momento anterior ao da implantação do português no Brasil, pois muitos fenômenos linguísticos arbitrários advêm de estruturas icônicas no passado. Assim, esta pesquisa assume um ponto de vista funcionalista, com base nos postulados de Heine et al. (1991), Hopper (1991), entre outros. A pesquisa apoia-se em textos do século XVI ao XX, extraídos do Corpus do Português (disponível em: <www.corpusdoportugues.org.br>). Os usos do verbo são descritos e analisados pelo cruzamento entre o seu estatuto categorial e o seu valor semântico e, em seguida, quantificados. A análise revela usos de **ter** com estatutos categoriais [+ auxiliar] e [+ pleno] nos textos de todas as sincronias. Um processo de mudança nos usos do verbo não é verificável no PB.*

Palavras-chave: *Ter. Polissemia. Iconicidade. Arbitrariiedade.*

Recebido em: 15/03/2018

Aceito em: 03/07/2018

^aDepartamento de Letras. Instituto Federal de Goiás. E-mail: cleiliane.peixoto@ifg.edu.br.

Introdução

Do ponto de vista sincrônico do português brasileiro contemporâneo, o verbo codifica mais de uma acepção. O seu uso com noção de posse concreta define-o como verbo pleno, conforme exemplifica a ocorrência abaixo:

(1) [...]então, como o meu marido *tem* van [...] (inq. 4)¹

Em usos mais abstratizados, *ter* é o verbo auxiliar, compondo construções perifrásticas e auxiliando na codificação das noções de aspecto iterativo, de tempo pretérito mais-que-perfeito e de modalidade deôntica, conforme ilustram as respectivas ocorrências:

(2) O que eu *tenho notado* é o seguinte, que depois desses padres aí [...] (Inq. 10);

(3) Aí minha mãe acordou de madrugada procurando minha avó, minha avó *tinha saído*. (Inq. 11);

(4) [...]O que eu *tenho que falar* do nosso país é isso, ele é um câncer, né? (Inq. 8).

De uma perspectiva formalista da linguagem, no que tange à relação entre estrutura e funcionamento linguístico, as expressões são arbitrárias quanto ao uso, ao sentido e à função que desempenham no contexto extralinguístico. Nesse sentido, a polissemia, uso de uma forma linguística para codificar mais de uma noção, seria, portanto, arbitrária. Em outras palavras, não haveria correlação entre a forma *ter* e as acepções que ela codifica.

Ao contrário desse ponto de vista e consoante a orientação funcionalista da linguagem, a relação entre forma e função linguística é icônica, na medida em que o uso das expressões linguísticas é motivado pelo seu sentido. Nesses termos, a polissemia nos usos de *ter* seria motivada por similaridade semântica entre as noções codificadas pelo verbo; resultaria de processo de derivação ao longo do tempo, em que um uso teria se desenvolvido com base em outro por extensão semântica motivada por processo(s) cognitivo(s) metafórico(s) e/ou metonímico(s).

De acordo com estudiosos do processo de gramaticalização, Heine et al. (1991), Hopper (1991), Bybee et al. (1994), entre outros, os verbos auxiliares são exemplos

¹ Os usos de *ter* apresentados nos exemplos de (1) a (4) foram coletados da *Amostra Recontato do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua* (PEUL, 1997-1999).

prototípicos de elementos gramaticalizados, pois auxiliam na codificação das noções gramaticais de aspecto, tempo e modalidade, que se desenvolveram com base em noções mais concretas, oriundas de verbos plenos, apresentando o seguinte *cline* de mudança categorial: *verbo pleno* > *verbo auxiliar aspectual* > *verbo auxiliar temporal* > *verbo auxiliar modal*. Como a mudança é lenta e gradativa, não implicando uma substituição abrupta de um sentido para o outro, ela geraria a polissemia, numa visão sincrônica.

Objetivos e hipóteses

A hipótese central sobre a qual se sustenta este estudo é que, no que concerne ao PB, não ocorreria o desenvolvimento entre si das noções de aspecto, tempo e modalidade codificadas com o auxílio de *ter*; tratar-se-ia de um caso de arbitrariedade, não de iconicidade.

Hipoteticamente, tal desenvolvimento teria ocorrido num passado mais remoto que a implantação da língua lusitana no Brasil no século XVI, uma vez que muitos casos de arbitrariedade advêm de relações icônicas anteriores entre forma e função linguística e justificam-se em termos do caráter funcional e dinâmico do sistema linguístico, que é suscetível a mudanças para atender às necessidades comunicativas dos falantes. Desse modo, haveria, na diacronia do PB, um processo de opacidade, não de transparência, com perda de possível biunivocidade entre forma e função, já que quatro conteúdos estão instalados na mesma forma.

Assim, este estudo assume um ponto de vista funcionalista da linguagem e propõe, em linhas gerais, descrever e analisar os usos de *ter* no PB de uma perspectiva diacrônica, com o intuito de verificar um possível processo de derivação das noções de aspecto, tempo e modalidade no verbo. Os propósitos específicos são: i) investigar as possíveis semelhanças semânticas entre as noções; e ii) verificar o *cline* de desenvolvimento dos usos.

A pesquisa tem como base os pressupostos de Haiman (1980; 1985) e Langacker (1985) sobre a iconicidade e os mecanismos cognitivos de abstratização de sentido, a metáfora e a metonímia, e os de Heine et al. (1991), Hopper (1991) e

Heine (1993) a respeito da gramaticalização e dos princípios e propriedades inerentes a esse processo de mudança linguística, com foco especial na gramaticalização em verbos.

Universo de pesquisa e procedimentos metodológicos

Uma vez que o objetivo geral deste estudo é descrever e analisar os usos do verbo *ter* no PB de um ponto de vista diacrônico, o universo de pesquisa compreende a adoção de um *corpus* que contém registros da língua do século XVI ao XX. Embora, até o fim do século XVII, a língua falada no Brasil seja essencialmente a de Portugal, e o PB comece a se caracterizar como tal a partir de então, os usos de *ter* foram descritos a partir do século XVI com o propósito de contribuir com a construção da história da língua portuguesa brasileira desde o momento de implantação da língua lusitana no Brasil.

Desse modo, a pesquisa vale-se de textos escritos extraídos do *Corpus do Português* (disponível em <www.corpusdoportugues.org.br>) referentes aos períodos sincrônicos investigados. Patrocinado pela *US National Endowment for Humanities* e organizado por Michael Ferreira (Georgetown University) e Mark Davis (Brigham Young University), com a colaboração do professor Dr. Ataliba Teixeira de Castilho, o *corpus*, que contém 45 milhões de palavras, é um banco de dados manipulável por um programa computacional que facilita a pesquisa na busca pelos registros linguísticos.

Do século XVI ao XIX, ele se compõe de registros históricos, como cartas e textos literários escritos em prosa e em verso. No século XX, o *corpus* é composto de dados provenientes de diversas fontes: romances; notícias de jornais, como *Folha de São Paulo*; textos de diversas áreas e textos extraídos da internet.

Após localizadas, todas as ocorrências de *ter* foram sistematizadas segundo o critério de sincronias, identificadas pelos cinco séculos descritos. No século XVI, foram encontradas 55 ocorrências de *ter* (55 *tokens*) provenientes de: textos literários, caracterizados como cartas informativas (31 ocorrências); romances (8 ocorrências); cancionários (1 ocorrência) e poemas (12 ocorrências); diálogos (2 ocorrências) e gramáticas (1 ocorrência).

No século XVII, foram localizadas pelo programa computacional 72 ocorrências do verbo *ter* (72 *tokens*) provenientes de textos literários nos seguintes gêneros: cartas informativas (37 ocorrências), crônicas (12 ocorrências), novelas (12 ocorrências), historiografias (5 ocorrências) e sermões (6 ocorrências).

No século XVIII, foram identificadas 43 ocorrências de *ter* (43 *tokens*) extraídas de: textos literários, tais como crônicas (14 ocorrências), cartas informativas (19 ocorrências) e romances (7 ocorrências); ensaios (2 ocorrências) e gramáticas (1 ocorrência).

No século XIX, foram encontradas 126 ocorrências do verbo *ter* (126 *tokens*) extraídas de: textos literários, como contos (29 ocorrências), romances (40 ocorrências), teatro, (27 ocorrências), cartas informativas (28 ocorrências); e decretos de direitos (2 ocorrências).

Por fim, no século XX, foram identificadas 88 ocorrências de *ter* (88 *tokens*) provenientes de conversas extraídas de *chats* (14 ocorrências); de textos jornalísticos que compõem o jornal *Folha de São Paulo* (12 ocorrências); de teses acadêmicas (5 ocorrências) de textos literários, como romances (57 ocorrências).

Em seguida, os usos do verbo foram descritos qualitativamente, conjugando informações sintáticas e semânticas, tais como o sentido codificado e o funcionamento sintático na construção. Por fim, os padrões de uso em cada sincronia foram quantificados, com o intuito de investigar a frequência de cada uso, já que esta é um índice importante de mudança linguística, na medida em que contribui para inferir possíveis estágios de desenvolvimento do verbo. O trabalho de descrição em cada sincronia se completa com o viés diacrônico, em que se busca apreender fatos relevantes do uso e da história de *ter*, em perspectiva longitudinal, observando a sucessão entre as sincronias.

Relevância do estudo

Esta pesquisa encontra justificativa e relevância não somente na medida em que propicia o conhecimento do desenvolvimento das noções de aspecto, tempo e modalidade codificadas com o auxílio do verbo *ter* no PB, contribuindo com a construção da história da língua portuguesa brasileira, mas

também no sentido de que favorece a compreensão da natureza da linguagem, ou seja, do modo como a expressão linguística está relacionada com a estrutura conceitual.

Organização deste texto

Este texto se apresenta organizado em três partes. A primeira delas discute os pressupostos teóricos norteadores deste estudo: primeiramente, expõe-se a visão formalista da linguagem, enfocando a arbitrariedade linguística, com o propósito de propiciar o conhecimento dos fundamentos que embasam esse princípio; em seguida, discutem-se os postulados funcionalistas a respeito da iconicidade entre forma e função linguística do processo de mudança em verbos. A segunda parte dedica-se à descrição e à análise dos usos do verbo *ter* no PB, do século XVI ao XX. Por fim, a terceira e última parte tece as conclusões alcançadas após o desenvolvimento deste estudo.

Pressupostos teóricos

A visão formalista acerca da linguagem: a autonomia do sistema linguístico

De acordo com o paradigma formalista da linguagem, a língua é um sistema formalmente estruturado e independente de quaisquer outros fatores, como contexto pragmático, função comunicativa, uso linguístico. O significado, que, dessa perspectiva, não tem natureza linguística, constitui-se uma entidade essencialmente opositiva baseada nas relações que estabelece com outras no interior do próprio sistema linguístico.

Essa consideração remete a outro princípio formalista, a arbitrariedade linguística, segundo o qual a expressão linguística, definida como a própria língua, é arbitrária quanto ao significado, e este, independente da realidade referencial. Logo, essa premissa implica a concepção de língua como um sistema imanente, ou seja, um sistema de signos independentes e arbitrários, no sentido de o significante ser imotivado.

Uma vez minimizadas as relações que a língua mantém com o mundo, o sistema linguístico reduz-se a um sistema de regras inato, universal e uniforme; um modelo formal de regras subjacentes e autônomo com o qual o falante (ideal) nasce e

que, por isso, independe das condições pragmáticas em que é produzido e das funções que desempenha.

De um ponto de vista formalista, portanto, é autônoma a gramática de uma língua, o modo como o sistema linguístico se estrutura, e, por isso, depende, em grau mínimo, de motivações funcionais. Nesse sentido, não há relação entre o modo de expressão e o significado expresso, ou entre a forma e a função linguística, ao contrário do que postula o paradigma funcionalista da linguagem, a ser desenvolvido na seção ulterior.

Língua: um sistema funcional e dinâmico motivado por mecanismos cognitivos

De uma perspectiva funcionalista da linguagem, há uma correspondência não arbitrária entre função e forma linguística, ou entre código e mensagem na linguagem humana, porque a língua é um instrumento de interação verbal entre os seres humanos cuja função é atender aos propósitos e às necessidades dos usuários no momento de interação comunicativa. Pressupõe-se, assim, que as intenções dos falantes determinam, em grande parte, a estrutura da língua, que, por isso, é fluida e dinâmica. Nesse sentido, o sistema linguístico é influenciado por fatores externos ao uso, o que constitui uma das provas principais da natureza não autônoma do componente linguístico.

Por isso, é em situações de interação verbal, em situações reais de uso que a língua deve ser analisada, haja vista ser esse o lugar em que ela se constitui. Logo, a análise dos elementos linguísticos deve-se dar em termos do modo como são usados, em termos das funções que desempenham no contexto de interação verbal, o que pressupõe, obviamente, considerar a integração entre os componentes formais, isto é, fonético/fonológicos, morfológicos e sintáticos, e os componentes semânticos e pragmático-discursivos no processo de interação verbal para o cumprimento da função que a língua tem que desempenhar.

Em princípio, a condição natural da língua seria preservar uma forma para uma função e vice-versa, conforme prevê o princípio da iconicidade em sua versão idealizada.

Nesse caso, situa-se também a não menos idealizada relação de transparência que as línguas deveriam exibir, a situação extrema de biunivocidade aplicada às interfaces entre os níveis pragmático e semântico, por um lado, e os níveis formais, por outro.

Evidentemente, não é esse o panorama geral: a maioria das línguas do mundo não é completamente transparente, e muitas chegam a exibir um grau muito elevado de opacidade, que é desencadeada, entre outros fatores, por pressões sociocomunicativas, que geram a mudança linguística. De acordo com Leufkens (s.d., p. 2-3), há três meios pelos quais a transparência pode ser violada: por redundância (*redundancy*), por desintegração de domínio (*domain desintegration*) e por forma apenas formalmente motivada (*form-based form*), meios que serão discutidos detalhadamente mais adiante.

A correspondência entre função e forma linguística não é arbitrária, é icônica, porque é conceitualmente motivada. Em outras palavras, existe uma motivação conceitual entre a forma e a função por ela desempenhada de tal modo que se pode afirmar que o uso de uma expressão linguística para exprimir dada função não é arbitrária, casual, mas motivada pelas relações pragmático-discursivas e semânticas do conceito que ela exprime. Nesse sentido, existe uma inter-relação entre função, significado e forma linguística, princípio que sustenta a teoria da iconicidade, a ser tratada adiante.

Consoante Croft (1990, p. 164) e Haiman (1980, p. 515), a iconicidade constitui o princípio segundo o qual a estrutura linguística reflete, de algum modo, a estrutura da experiência, da realidade, incluindo (na maior parte das visões funcionalistas) a perspectiva imposta sobre o mundo pelo falante. Essa premissa se justifica em termos de que o sentido não é inerente às coisas; ele é fruto de conceituação, de atividade cognitiva; é uma questão de como nós construímos ou estruturamos uma situação na nossa representação cognitiva dela (LANGACKER, 1985, p. 110). Logo, o significado consiste numa interpretação, numa perspectiva do conhecimento humano do mundo, e é resultante da relação entre outros conceitos, outras unidades de sentido.

Nesses termos, a iconicidade entre a expressão linguística e a função por ela desempenhada é cognitivamente motivada.

Assim, é possível conceber que os sistemas cognitivo e linguístico se relacionam de modo tal que a estrutura deste reflete a estrutura daquele. Além disso, pela estrutura linguística, é possível observar como se organiza o sistema cognitivo humano, pois, conforme enfatiza Croft (1990, p. 172), a língua fornece a faceta mais explícita e mais facilmente observável do comportamento cognitivo.

De acordo com Lakoff e Johnson (1980), o sistema cognitivo do homem é estruturado metaforicamente. A metáfora, assim como a metonímia, está difundida na vida diária, no pensamento, na ação; referem-se ambas a estruturas conceituais que, embora não sejam meramente linguísticas por natureza, realizam-se normalmente mediante a língua.

A metáfora e a metonímia

Não obstante as definições de metáfora variem entre os estudiosos, elas compartilham traços comuns que permitem identificá-la como um mecanismo cognitivo que envolve a transferência de um domínio conceitual de origem, mais concreto (domínio fonte), para um domínio de chegada, mais abstratizado (domínio alvo). Trata-se de uma extensão de sentido motivada por similaridade de significado entre os domínios.

Heine et al. (1991) propõe, de um modo geral, a seguinte escala de abstratização metafórica, ou modelo de transferência (*transfer model*) de domínios conceituais: *pessoa* > *objeto* > *atividade* > *espaço* > *tempo* > *processo* > *qualidade*.

Esse modelo representa a transferência de domínios conceituais mais à esquerda para outros mais à direita com os quais compartilham atributos semânticos comuns. Assim, uma unidade de sentido pertencente ao domínio *pessoa* tende a ser estendida metaforicamente e transferida para o domínio *objeto*; logo após, para o domínio *atividade*, e assim por diante.

Além da metáfora, a metonímia também constitui um mecanismo cognitivo de extensão e abstratização de sentido de um item que envolve um domínio fonte e um domínio alvo. Diferentemente da metáfora, a metonímia é fortemente dependente de determinações pragmáticas; é associativa e indexada contextualmente; é uma transferência semântica operada mediante contiguidade. Em outras palavras, a

metonímia é um processo cognitivo de reinterpretação induzida pelo contexto, uma manipulação pragmático-discursivo pela qual a interpretação dos conceitos está sujeita a fatores contextuais.

No âmbito linguístico, a metáfora e a metonímia motivam os falantes a fazerem uso de formas linguísticas já existentes para desempenhar funções mais abstratizadas em novos contextos e situações, tendendo a desencadear a mudança linguística ao longo do tempo. Para Hopper e Traugott (1993, p. 7), os itens linguísticos apresentam o seguinte *cline* de mudança: - *item de significado pleno* > *palavra gramatical* > *clítico* > *afixo*.

Esse *cline* significa que, de categorias mais concretas, como a lexical, um item poderia passar a pertencer a categorias gramaticais e, a partir de então, teria o sentido ainda mais abstratizado, mais gramaticalizado, ao longo do tempo. Assim, a metáfora e a metonímia são mecanismos cognitivos que, em muitas situações, tendem a motivar a emergência gramatical a partir do léxico, como é o caso dos verbos auxiliares, que se desenvolvem a partir de verbos plenos. Esse tipo de mudança linguística, do léxico para a gramática, é a característica do processo de gramaticalização.

O processo de gramaticalização em verbos: auxiliarização

A gramaticalização é o processo segundo o qual certos elementos gramaticais emergem do léxico motivados pelos(s) mecanismo(s) cognitivo(s) metafórico(s) e/ou metonímico(s) e, uma vez emergidos, continuam desenvolvendo noções mais gramaticalizadas em certos contextos. Esse movimento de mudança, do léxico para a gramática, constitui um princípio básico da gramaticalização, a unidirecionalidade.

A unidirecionalidade: do léxico para a gramática

Embora simplificado e incompleto, o quadro abaixo, organizado por Lehmann (1982, p. 13), com base em princípios de Givón (1979), ilustra muito bem a unidirecionalidade envolvida no processo de gramaticalização:

Quadro 1 - Quadro sinótico da gramaticalização
(LEHMANN, 1982, p.13)

Nível	Discurso > Sintaxe > Morfologia > Morfofonêmica > Zero
Técnica	isolante > analítica > sintético-aglutinante > sintético-flexional
Fase	-----> Sintaticização -----> Morfologização -----> Desmorfemização
Processo	-----> GRAMATICALIZAÇÃO

Como se vê, a unidirecionalidade suscita a noção de *cline* de gramaticalidade, que, concernente aos verbos, seria o seguinte, de acordo com Hopper e Traugott (1993, p. 7): *verbo pleno* > *verbo auxiliar* > *clítico* > *afixo* > *zero*.

Uma vez que os estágios do processo de gramaticalização não podem ser concebidos como entidades discretas, com limites claramente definidos, é previsível que haja uma fase de transição na mudança do estatuto de um verbo pleno para auxiliar, mudança que é chamada por Heine (1993) de auxiliarização, termo adotado neste trabalho. Conforme enfatiza Ramat (1987 apud Heine 1993), esse processo de gramaticalização - *verbo pleno* > *verbo auxiliar* - envolve, pelo menos, um estágio intermediário em que os verbos se abstratizam e são envolvidos em construções resultativas. As fases podem ser assim descritas:

- i) *verbos plenos*: nesse estágio, os verbos têm total individualidade semântica; eles são o núcleo da oração e o seu objeto é um nome, e não outro verbo;
- ii) *construções predicativas*: o verbo não principal é o complemento da oração e é um predicativo;
- iii) *formas perifrásticas*: o auxiliar não tem conteúdo semântico autônomo; ele funciona como auxiliar de tempo, aspecto e modalidade.

No que tange especificamente a *ter*, o verbo teria sido pleno, primeiramente, com a noção de posse, como em: *Mário tem uma casa*, em que *uma casa* é o objeto do núcleo *tem*. A seguir, *ter* teria sido envolvido em construções predicativas, resultativas, como em: *Mário tem uma casa pintada*, em que *pintar* não é o verbo nuclear; é o complemento de *tem* e assume o papel de predicativo do objeto *uma casa*, denotando um estado de coisas resultativo. Adiante, num estágio mais avançado de mudança, *ter* teria começado a ser usado como auxiliar, assumindo funções gramaticais e formando construções perifrásticas codificadoras de aspecto, tempo e modalidade, como em: *Mário tem pintado uma casa*, *Mário tinha pintado uma casa*, e *Mário tem que pintar uma casa*, respectivamente.

De acordo com o quadro de Lehmann (op. cit.), o próximo estágio no processo de mudança de *ter* corresponderia à morfologização, fase em que o verbo poderia se tornar – *clítico* > *afixo* – e, depois, já no estágio de desmorfemização, tornar-se-ia – *zero*.

No que concerne ao processo de transição do estatuto de verbo pleno para verbo auxiliar, é preciso salientar que ocorrem mudanças de ordem semântica, que serão discutidas a seguir.

De verbo pleno para verbo auxiliar: auxiliarização

De um modo geral, o processo de auxiliarização envolve perda de conteúdo semântico da forma fonte, ganho de conteúdo novo do domínio alvo e convencionalização de implicaturas ou de inferências. Heine (1993) propõe três modelos de mudanças semânticas ocorridas no processo de gramaticalização, que não são contraditórios entre si; são diferentes perspectivas do mesmo fenômeno. Eles podem ser assim descritos:

- a) *o modelo da perda (bleaching model)*: visualiza somente a perda de conteúdos semânticos no item em gramaticalização, ignorando o ganho de outras noções. Esse modelo pode ser assim esquematizado: $ab > b$
- b) *o modelo da perda e do ganho (loss-and-gain model)*: admite que o processo envolve perda de noções, por um lado, e ganho de novos significados, por outro. É assim ilustrado o modelo: $ab > bc$

- c) *o modelo da implicatura (implicature model)*: adverte para o fato de que um conceito fonte (*ab*) pode desaparecer inteiramente em favor de um novo conceito (*cd*). Para este modelo, o mecanismo predominante no desenvolvimento de significados gramaticais é a convencionalização de implicaturas ou de inferências. O modelo pode ser assim sintetizado: $ab > bc > cd$

No caso específico da auxiliarização do verbo *ter*, do ponto de vista do *modelo da perda*, ocorreria um desbotamento do conteúdo semântico do verbo pleno. Em outras palavras, haveria tanto a perda de alguns traços semânticos da forma fonte quanto a preservação de outros. É consensual entre os linguistas que esse modelo se aplica ao processo inicial de gramaticalização dos verbos. Em seu estudo sobre o desenvolvimento das categorias de tempo, aspecto e modalidade a partir de verbos, Givón (1979) enfatiza que o significado dessas categorias é parte da estrutura semântica interna de suas fontes lexicais.

Do ponto de vista do *modelo da perda e do ganho*, a auxiliarização de *ter* envolveria não somente a perda e a preservação do conteúdo semântico do verbo pleno, mas também o ganho das propriedades funcionais de tempo, aspecto e modalidade. Por fim, da perspectiva do *modelo da implicatura*, o desenvolvimento dos significados gramaticais de *ter* auxiliar seria motivado pela convencionalização de inferências, pela transferência de conceitos. Isso quer dizer que se expressa uma coisa em termos de outra, operando uma transferência de conceitos de natureza metafórica. Assim, os significados secundários que são estabelecidos via convencionalização não estão necessariamente contidos na fonte lexical.

Não obstante os variados pontos de vista dos modelos apresentados acima, é preciso entender a gramaticalização como uma extensão gradual do uso de uma entidade fonte, não como uma transição que se faz com entidades discretas; como um *continuum* de mudanças unidirecional que pode ser representado pela escala ilustrada no Quadro 1. Quanto mais próximo do início da escala, menos gramaticalizado é o item; quanto mais próximo do fim, mais gramaticalizado.

Como a mudança semântica é lenta e gradual, não implicando uma substituição repentina de um sentido para o outro, ela gera a polissemia, ou seja, de um ponto de vista sincrônico, a expressão de duas ou mais funções por uma única forma em um determinado momento.

Polissemia sincrônica: violação do princípio de transparência

Como afirmam Hopper e Traugott (1993, p. 36), *A* nunca se torna *B* sem um estágio intermediário em que *A* e *B* coexistam. Assim, a mudança semântica não pode ser abordada sem prestar atenção à polissemia, pois toda mudança, em qualquer nível gramatical, envolve não $A > B$, isto é, a simples substituição de um item por outro, mas $A > A/B$ e, às vezes, $> B$ sozinho.

É na medida em que a polissemia se caracteriza pela existência uma unidade formal codificando mais de uma unidade de sentido que ela viola o princípio da transparência, situação extrema na qual há uma relação biunívoca consistente entre forma e significado.

Conforme aludido anteriormente, a transparência pode ser violada por três meios, segundo Leufkens (s.d., p. 2-3): por redundância (*redundancy*), por desintegração de domínio (*domain desintegration*) e por forma apenas formalmente motivada (*form-based form*).

A redundância compreende todas as relações entre uma unidade de significado e duas ou mais unidades formais. Uma das unidades formais é redundante porque poderia ser deixada de fora sem perda de significado. Ocorre desintegração de domínio quando, ao contrário, duas ou mais unidades de sentido são representadas por uma única forma, o que parece ser a situação aplicada à polissemia do verbo *ter*.

Por fim, o terceiro tipo de violação de transparência, forma apenas formalmente motivada, diz respeito a todas as formas de operações formais sem a ativação de qualquer mecanismo de natureza pragmática ou semântica, como é o caso de *it*, em *It rains*. Trata-se de formas que podem ser chamadas de não funcionais, ou sintaticamente autônomas.

O princípio da transparência aponta para a noção de alinhamento entre os níveis pragmático e semântico e os formais. Como ressaltam Hengeveld e Mackenzie (2009, p. 185), o termo *alinhamento* refere-se à projeção de unidades dos níveis interpessoal e representacional em unidades do nível morfossintático. Segue-se daí que os autores reconhecem três tipos de alinhamento referentes aos três níveis linguísticos: alinhamento interpessoal, alinhamento representacional e alinhamento morfossintático.

- i) *alinhamento interpessoal*: a organização morfossintática reflete a organização do nível interpessoal no que se refere tanto às funções pragmáticas (tópico, foco, etc.) quanto às propriedades referenciais (identificabilidade, especificidade, etc.). Assim, a forma depende da função semântica da unidade representacional, que corresponde à unidade pragmática;
- ii) *alinhamento representacional*: a organização morfossintática reflete a organização do nível representacional no que diz respeito às funções semântica (ator, paciente, etc.) e à designação (oposição animado/inanimado, pessoa gramatical, etc.);
- iii) *alinhamento morfossintático*: a organização morfossintática exhibe sua própria organização. Logo, ela não é um reflexo fiel nem da organização do nível interpessoal nem do nível representacional. Esse nível refere-se às funções sintáticas (sujeito, objeto) e à complexidade dos constituintes (palavra, frase, oração, etc.).

A polissemia nos usos de *ter* viola os princípios de alinhamento, haja vista que a forma do auxiliar verbal, invariável, codifica pelo menos três diferentes unidades semânticas. No entanto, é importante lembrar que a mudança semântica, desencadeadora da polissemia, é motivada pelo caráter funcional da língua. Nesse caso, cabe salientar a observação de Votre e Naro (1989) sobre a aparente arbitrariedade das formas. De acordo com os autores, muitos fenômenos linguísticos considerados arbitrários refletem, na verdade, processos funcionalmente motivados em fases diacrônicas anteriores, e o acréscimo do grau de arbitrariedade está em relação diretamente proporcional com o processo de gramaticalização.

Assim, é possível que a polissemia nos usos de *ter* tenha se originado de estruturas icônicas. Em outras palavras, é provável que um uso do verbo tenha se desenvolvido do outro, ao longo do tempo, motivado por processo de abstratização de sentido.

Como afirmam Heine et al. (1991), Heine (1993) e Ramat (1998), os verbos auxiliares são exemplos prototípicos de elementos gramaticalizados, pois funcionam tipicamente como marcadores das categorias gramaticais de tempo, aspecto e modalidade, que se desenvolveram por extensão de sentido a partir de verbos plenos (itens concretos e independentes), mediante os processos cognitivos metafórico e metonímico, e apresentam um cline de evolução unidirecional.

Verbos auxiliares: exemplos prototípicos de elementos gramaticalizados

A evolução dos verbos auxiliares com base em verbos plenos constitui uma cadeia chamada por Heine (1993) de *verb-to-TAM chain*, porque um uso se desenvolve a partir do outro, de acordo com o estudo de Bybee et al. (1994) a respeito do desenvolvimento das noções de tempo, aspecto e modalidade. Em outras palavras, isso quer dizer que essas noções estão de tal modo inter-relacionadas que o uso de um auxiliar para a expressão de uma delas faz derivar, ao longo do tempo, o uso da mesma forma para a codificação de outra noção, que, conseqüentemente, desencadeia outro uso. Segundo Bybee et al. (op. cit.), a noção aspectual teria desencadeado o desenvolvimento da noção temporal, da qual se teria desenvolvido a noção modal. Assim, ter-se-ia o seguinte *cline* universal de desenvolvimento dos auxiliares, conforme exposto na introdução deste texto: *verbo auxiliar aspectual > verbo auxiliar temporal > verbo auxiliar modal*.

Uma vez que o presente estudo propõe verificar um possível processo de derivação das noções de aspecto, tempo e modalidade no verbo *ter* no PB, ele poderá contribuir também para confirmar ou refutar a hipótese universal da unidirecionalidade proposta por Bybee et al. (op. cit.).

Para tanto, a próxima seção deste trabalho dedica-se à descrição e à análise dos usos de *ter* no PB de um ponto de vista diacrônico. Vale lembrar que, além do propósito de verificar o *clíne* de desenvolvimento dos usos do verbo, a pesquisa também pretende investigar as possíveis semelhanças semânticas entre as noções.

Os usos do verbo *ter* no português do Brasil nos séculos XVI a XX: descrição e análise

Os usos do verbo *ter* encontrados no *corpus* de análise serão descritos e analisados em termos do cruzamento entre o seu estatuto categorial e o seu valor semântico, e quantificados, pois, conforme enfatizado, a frequência é um índice importante de mudança linguística, na medida em que contribui para a inferência de possíveis estágios de desenvolvimento do verbo.

Primeiramente, apresentam-se os tipos de *ter* encontrados em todas as sincronias (correspondentes aos séculos XVI a XX), com suas codificações sintáticas e respectivos valores semânticos. Em seguida, mapeiam-se as ocorrências encontradas em cada sincronia, de acordo com a estratégia metodológica das frequências *token* e *type*. A frequência *token*, que diz respeito à contagem geral das ocorrências, fornecerá um painel quantitativo; e a frequência *type*, que se refere aos diferentes padrões mobilizados por *ter*, fornecerá um painel qualitativo.

O quadro abaixo apresenta os tipos de *ter* encontrados no *corpus*, com suas codificações sintáticas e valores semânticos:

Quadro 2 – Os usos do verbo *ter* encontrados no *corpus*

<i>Types</i>	Categoria sintática	Valor	Exemplo
<i>ter 1</i>	verbo pleno	posse concreta / posse abstrata / existência	“[...] temos um famoso texto da mesma Sabedoria Divina [...]” (1667 – Vieira: Sermões) / “Sabe Deus que tenho um ardente desejo de passar essa terra [...]” (1655 – Chagas: Cartas) / “Tem uma formosa igreja matriz de três naves (...)” (1590 – Cardim: Relação)
<i>ter 2</i>	verbo auxiliar de aspecto iterativo	repetição	“Mas a experiência tem mostrado que mais vale saber manejar as liras que as lanças.” (17 – Castro: Aflição)
<i>ter 3</i>	verbo auxiliar de tempo pretérito mais-que-perfeito	marcação temporal (foco: momento anterior ao momento de referência, que é situado anteriormente ao momento de fala)	“Já tinha andado algum espaço, quando viu diante de si a um menino.” (1727- Barros: Vieira)
<i>ter 4</i>	verbo auxiliar de tempo pretérito perfeito	marcação temporal (foco: momento anterior ao momento de fala)	“Informou ao governador Afonso Furtado ter descoberto grandiosas minas de prata.” (1765 – Vernei: Estudar)
<i>ter 5</i>	verbo auxiliar de modalidade deôntica orientada para o participante	obrigatoriedade (foco: participante)	“Chamou David a Deos Senhor, porque eles têm que dar, e nam têm necessidade de tomar.” (1589 – Arrais: Diálogos)
<i>ter 6</i>	verbo auxiliar de modalidade deôntica orientada para o evento	obrigatoriedade (foco: evento)	“Mas que alguém tem que ver o manjar real de Celas com estoutro real manjar.” (1646 – FMMelo: Portel)

As tabelas abaixo, de 1 a 5, apresentam as frequências *token* e *type* do material referente aos séculos XVI a XX, respectivamente.

Tabela 1 – Ocorrências de *ter* no século XVI

Frequência <i>token</i>	Frequência <i>type</i>	
55 (100%)	6	
	Categoria	Totais
<i>ter</i> 1	+ <i>pleno</i>	10 (16%)
<i>ter</i> 2	+ <i>auxiliar</i>	6 (11%)
<i>ter</i> 3	+ <i>auxiliar</i>	29 (54%)
<i>ter</i> 4	+ <i>auxiliar</i>	7 (13%)
<i>ter</i> 5	+ <i>auxiliar</i>	1 (2%)
<i>ter</i> 6	+ <i>auxiliar</i>	2 (4%)

Tabela 2 – Ocorrências de *ter* no século XVII

Frequência <i>token</i>	Frequência <i>type</i>	
72 (100%)	6	
	Categoria	Totais
<i>ter</i> 1	+ <i>pleno</i>	11 (15%)
<i>ter</i> 2	+ <i>auxiliar</i>	21 (30%)
<i>ter</i> 3	+ <i>auxiliar</i>	31 (43%)
<i>ter</i> 4	+ <i>auxiliar</i>	3 (4%)
<i>ter</i> 5	+ <i>auxiliar</i>	3 (4%)
<i>ter</i> 6	+ <i>auxiliar</i>	3 (4%)

Tabela 3 – Ocorrências de *ter* no século XVIII

Frequência token	Frequência type	
43 (100%)	6	
	Categoria	Totais
<i>ter</i> 1	+ <i>pleno</i>	9 (21%)
<i>ter</i> 2	+ <i>auxiliar</i>	14 (33%)
<i>ter</i> 3	+ <i>auxiliar</i>	11 (25%)
<i>ter</i> 4	+ <i>auxiliar</i>	5 (12%)
<i>ter</i> 5	+ <i>auxiliar</i>	3 (7%)
<i>ter</i> 6	+ <i>auxiliar</i>	1 (2%)

Tabela 4 – Ocorrências de *ter* no século XIX

Frequência token	Frequência type	
126 (100%)	6	
	Categoria	Totais
<i>ter</i> 1	+ <i>pleno</i>	6 (5%)
<i>ter</i> 2	+ <i>auxiliar</i>	27 (21%)
<i>ter</i> 3	+ <i>auxiliar</i>	35 (28%)
<i>ter</i> 4	+ <i>auxiliar</i>	25 (20%)
<i>ter</i> 5	+ <i>auxiliar</i>	21 (17%)
<i>ter</i> 6	+ <i>auxiliar</i>	12 (9%)

Tabela 5 – Ocorrências de *ter* no século XX

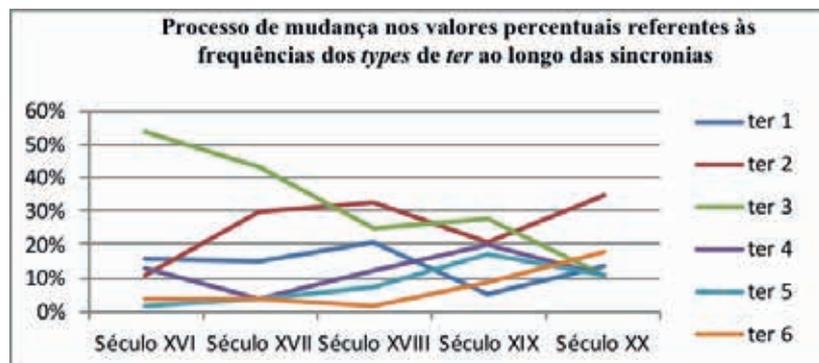
Frequência token	Frequência type	
88 (100%)	6	
	Categoria	Totais
<i>ter</i> 1	+ <i>pleno</i>	13 (14%)
<i>ter</i> 2	+ <i>auxiliar</i>	30 (35%)
<i>ter</i> 3	+ <i>auxiliar</i>	9 (11%)
<i>ter</i> 4	+ <i>auxiliar</i>	10 (11%)
<i>ter</i> 5	+ <i>auxiliar</i>	10 (11%)
<i>ter</i> 6	+ <i>auxiliar</i>	16 (18%)

O resultado da análise dos usos de *ter* encontrados no *corpus* não aponta para a ocorrência de um processo de derivação nos usos do verbo no PB nos períodos que compreendem os séculos XVI a XX, de modo tal que fosse possível verificar o *cline* hipotético de mudança *ter pleno* > *ter auxiliar aspectual* > *ter auxiliar temporal* > *ter auxiliar modal*, haja vista que todos esses usos do verbo estão presentes nos textos referentes a todas as sincronias; do século XVI ao XX, ocorrem usos de *ter* com várias acepções e estatutos categoriais que variam entre [+ auxiliar] e [+ pleno].

Quanto à frequência dos usos, note-se que os usos de *ter* como auxiliar de modalidade deôntica orientada para o participante e para o evento, *ter 5* e *ter 6*, mantêm frequências baixíssimas nos séculos XVI a XVIII; nos séculos subsequentes, as frequências aumentam muito pouco. O *type* de *ter* auxiliar de aspecto iterativo, *ter 2*, apresenta uma frequência que varia entre 35% e 11% ao longo dos séculos. Os usos de *ter* como auxiliar de tempo pretérito perfeito, *ter 4*, e como verbo pleno, *ter 1*, apresentam valores de frequência relativamente baixos, que variam entre 4% e 20%, e entre 5% e 21%, respectivamente. Ao contrário dos demais usos, o *type* de *ter* auxiliar de tempo pretérito mais-que-perfeito, *ter 3*, é o mais recorrente nos textos dos séculos XVI, XVII e XIX; no século XVIII, sua frequência é razoável, 25%, em relação ao total; e, no século XX, sua frequência é muito baixa, 11%.

Para uma melhor visualização do processo de mudança nos valores percentuais referentes às frequências dos *types* de *ter* ao longo das sincronias, expõe-se o gráfico:

Gráfico 1 - Processo de mudança nos valores percentuais referentes às frequências dos *types* de *ter* ao longo das sincronias



Como a frequência dos usos é um índice do processo de gramaticalização, o resultado da análise quantitativa dos dados sugere que *ter* auxiliar de tempo pretérito mais-que-perfeito, *ter* 3, é o uso menos gramaticalizado do verbo, haja vista que, no século XVI, sua frequência já é bastante elevada, diminuindo até o século XX. Por outro lado, *ter* auxiliar de modalidade deôntica orientada para o evento, *ter* 6, parece ser o uso mais gramaticalizado do verbo; sua frequência é baixíssima até o século XVIII, a partir de quando o verbo passa a ser usado com mais recorrência. Cabe considerar que, enquanto *ter* auxiliar de tempo pretérito mais-que-perfeito já era um uso indubitavelmente instaurado na sincronia referente ao século XVI, instauração que certamente se inicializara em períodos anteriores, *ter* auxiliar de modalidade deôntica orientada para o evento começava a emergir nessa sincronia.

Assim, embora não seja possível verificar um claro processo de mudança nos usos de *ter* no PB nos períodos que compreendem os séculos XVI a XX, de modo a comprovar o *cline* postulado por Bybee et al. (1994), o resultado da análise quantitativa dos dados não permite refutá-lo, já que sugere o mesmo processo de mudança no verbo: *ter* auxiliar *aspectual* > *ter* auxiliar *temporal* > *ter* auxiliar *modal*.

Conclusão

Uma vez que o resultado da análise dos usos de *ter* no PB nos períodos que compreendem os séculos XVI a XX não confirma um possível processo de derivação das noções de aspecto, tempo e modalidade no verbo ao longo do tempo, a polissemia em estudo acusa, no português contemporâneo, a violação do princípio de iconicidade em sua versão idealizada, que prevê uma relação biunívoca entre as unidades de todos os níveis linguísticos.

É possível que a opacidade que se observa entre as unidades de sentido e a forma verbal que as codifica seja apenas superficial e decorrente – pode-se especular – de algum processo não arbitrário já implantado no próprio latim. Nesse caso, a opacidade/arbitrariedade que se entrevê na polissemia nos usos de *ter* provavelmente tenha se originado de uma relação icônica de base metafórica e/ou metonímica.

Devido ao caráter funcional da língua, que a torna vulnerável a mudanças para atender às pressões sociocomunicativas, o *type* de *ter* pleno teria inaugurado a codificação de noções mais abstratizadas com base num processo de gramaticalização desenvolvido ao longo do tempo, provavelmente numa fase que antecede a própria implantação do português na então colônia portuguesa. Conforme ressaltam Votre e Naro (1989), muitas estruturas opacas originam-se de estruturas icônicas, e o acréscimo do grau de arbitrariedade está em relação diretamente proporcional com o processo de gramaticalização.

Assim, em conclusão, resultados como os aqui discutidos mostram não ser mais possível considerar as teorias formalistas e as funcionalistas como abordagens antagônicas de um mesmo fenômeno, visto como diferentes objetos teóricos; elas constituem, na verdade, diferentes pontos de vista que mais se completam do que se excluem na explicação fundamentada da relação entre estrutura e funcionamento linguístico.

REFERÊNCIAS

BYBEE, J. et al.. *The Evolution of Grammar: tense, aspect, and modality in the languages of the world*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

CROFT, W. *Typology and Universals*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

GIVÓN, T. *On understanding grammar*. New York, San Francisco, London: Academic Press, 1979.

HAIMAN, J. The iconicity of Grammar: Isomorphism and motivation. *Language journal of the linguistic society of America*. Baltimore: Linguistic society of America at the Waverly Press, v. 54, n. 3, p. 515-540, 1980.

_____. (Ed.) *Iconicity in Syntax*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1985, p. 1-7.

HEINE, B. *Auxiliaries: Cognitive Forces and Grammaticalization*. New York: Oxford University Press, 1993.

HEINE, B. et al.. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago, 1991.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. Alinhamento interpessoal, representacional e morfossintático na Gramática Discursivo-Funcional. *Revista D.E.L.T.A.*, Rio de Janeiro, 2009, p. 181-208.

HOPPER, P. J. On some principles of grammaticalization. In: HOPPER, P.J. (Org.) *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam: Benjamins, 1991, p. 17-35.

HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors We Live by*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

LANGACKER, R. W. Observations and speculations on subjectivity. In: LANGACKER, R. W. (Org.) *Iconicity in syntax*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1985, p. 109-150.

LEHMANN, C. *Thoughts on grammaticalization: a programmatic sketch*. Akup: arbeiten des Kölner Universalien – Projekts, 1982.

LEUFKENS, S. *The transparency of creoles*. s.d. No prelo.

RAMAT, A. G. Testing the boundaries of grammaticalization. In: RAMAT, A. G. (Org.) Testing the boundaries of grammaticalization. In: *The limits of grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1998, p.147-158.

VOTRE, S.J.; NARO, A. J. Mecanismos funcionais do uso da língua. *Revista D.E.L.T.A.*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 169-184, 1989.

Abstract

Polysemy in the uses of the verb *ter*: arbitrariness or iconicity? A question of point of view

*Based on the phenomenon of polysemy in the uses of **ter**, in which the verb shows categorical statuses of full verb and auxiliary, the aim of this research is to describe and to analyze the uses of **ter** in BP from a diachronic point of view. From a functional perspective, the auxiliary uses would have developed from one another, from the possession meaning of the verb. The hypothesis is that this development would not occur in BP; there would not be iconicity between **ter** and its functions; it would have occurred in a past, because many arbitrary linguistic phenomena result of past iconic structures. This research is based on a functional perspective of language, more specifically on assumptions of Heine et al. (1991), Hopper (1991) and others. The research uses language data from the 16th to 20th century, collected from Corpus do Português (available in: <www.corpusdoportugues.org.br>). The uses of the verb are described and analyzed considering their categorical status and the semantic value of the verb and afterwards they are quantified. The investigation shows existence of uses of **ter** with categorical statuses [+ auxiliary] and [+ full verb] in the texts concerning all periods. A change process in the uses of the verb is not identifiable in BP.*

Keywords: *Ter. Polysemy. Iconicity. Arbitrariness.*